

MALDITOS OS QUE TÊM FOME E SEDE DE JUSTIÇA: discursos cristãos neoconservadores e lógicas neoliberais na educação brasileira

Gustavo Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Anna Luiza Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Resumo

A emergência do *bolsonarismo* trouxe para o centro da cena pública brasileira um processo de aliança e articulação entre defensores do ideário neoliberal, grupos e discursos neoconservadores cristãos e setores alinhados a um projeto de fortalecimento do militarismo e de retorno ao autoritarismo político. A atuação de lideranças eclesiais, políticas e midiáticas evangélicas e católicas tornaram-se cruciais para construir uma gramática de sentidos própria e uma dinâmica de identificação subjetiva consistente para o movimento. O propósito deste artigo é contribuir com a investigação de como esse processo de articulação se desenvolveu no campo da educação, por meio de uma análise discursiva de ações, manifestações públicas e práticas sociais de agentes envolvidos nos conflitos e processos educacionais brasileiros entre 2012 e 2022. Problematizamos a realidade de que a maioria das igrejas e comunidades cristãs brasileiras ainda sustenta e é sustentada por modelos fortemente coloniais de fé cristã e vida religiosa e de que não há como aprofundar o debate sobre as contradições e limites dessas identificações e projetos políticos sem enfrentar o debate teológico-político como parte do debate público no campo da educação.

Palavras-chave: Currículo; Políticas educacionais; Neoliberalismo; Neoconservadorismo; Religião; Teoria do Discurso.

Abstract

The emergence of *bolsonarismo* brought to the center of the Brazilian public scene a process of alliance and articulation between defenders of neoliberalism, Christian neoconservative groups and people aligned with a project to strengthen militarism and return to political authoritarianism. The performance of ecclesiastical, political and media leaders became crucial to build a grammar of meanings and a dynamic of subjective identification for the movement. The purpose of this article is to contribute to the investigation of how this process of articulation developed, in the field of education, through a discursive analysis of actions, public statements and social practices of agents involved in Brazilian educational politics between 2012 and 2022. We inquiry the reality that most Brazilian Christian churches and communities (both Catholics and Evangelicals) still support and are supported by strongly colonial models of faith and religious life and that there is no way to deepen the questioning on the contradictions and limits of these identifications and political projects without facing the theological-political debate as part of the public debate in the field of education.

Keywords: Curriculum; Educational Policies; Neoliberalism; Neoconservatism; Religion; Discourse Theory.

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois serão satisfeitos
(Mateus, 5,6).

A justiça é a experiência do impossível. Uma vontade, um desejo, uma exigência de justiça cuja estrutura não seja a experiência de uma aporia não terá a chance de ser o que ela é, notadamente, um chamado por justiça
(DERRIDA, 2010, p. 30).

A emergência do bolsonarismo como movimento político, a partir das eleições gerais de 2018, trouxe para o centro da cena pública brasileira um processo de aliança e articulação entre as principais forças econômicas defensoras do ideário neoliberal, grupos e discursos (neo)conservadores em matéria de costumes e moral – sobretudo de matriz religiosa evangélica e católica – e setores alinhados a um projeto de fortalecimento do militarismo e de retorno ao autoritarismo político (CUNHA; LOPES, 2022; LOPES, 2019; INDURSKY, 2020; LOCKMANN, 2020). Trabalhos como os de Chantal Mouffe (2019), Wendy Brown (2019; 2016), William Connolly (2017; 2009), Pierre Dardot e Christian Laval (2016) e Michael Apple (2002), entre outros, já vinham reconhecendo e discutindo processos similares de aliança e articulação em diversos contextos no cenário global contemporâneo, embora com nuances próprias em cada caso.

No cenário brasileiro, em especial, os discursos e agentes religiosos assumiram papel cada vez mais ativo e central na construção, sustentação e condução dos rumos desse processo. A atuação de lideranças eclesiais, políticas e midiáticas evangélicas e católicas, a partir de matrizes cristãs (neo)conservadoras, carismáticas e (neo)pentecostais, tornaram-se cruciais não somente para a mobilização de uma massa expressiva de fiéis e outros seguidores durante os processos eleitorais, mas, também e principalmente, para construir uma gramática de sentidos própria e uma dinâmica de identificação subjetiva consistente para o movimento, aspectos fundamentais para sustentação popular, legitimação política e perpetuação do bolsonarismo (BURITY, 2020a; 2020b; CARRANZA, 2020; ALMEIDA, 2019; 2017). Nesse sentido, os discursos religiosos, o imaginário cristão e suas estratégias e práticas simbólicas passaram a ser recorrentemente evocados e articulados, mesmo que de forma contingente e precária, para justificar e ampliar demandas e lógicas neoliberais nos campos da economia, das políticas sociais e da educação.

O propósito deste artigo é contribuir com a investigação de como esse processo de articulação entre demandas e lógicas neoliberais e neoconservadoras na educação se desenvolveu progressivamente e ainda tem se desenvolvido efetivamente no cenário brasileiro, buscando não reduzir essa articulação somente ao resultado de decisões estratégicas conscientes e intencionais de agentes privilegiados, movidos por ambições particulares e, ao mesmo tempo, buscando não recair na perspectiva essencialista de atribuir esse movimento a uma natureza fundamental, absoluta e inexorável do capitalismo neoliberal, da religião *per se* e/ou do cristianismo (BURITY, 2014, 2001; HOWARTH, 2020; CONNOLLY, 2017; 2008; LACLAU, 2006; MOUFFE, 2006). Ou seja, buscando explorar esse processo como parte do quadro hegemônico de permanente tensionamento, disputa e (re)constituição da realidade educacional, atravessada por suas relações de poder, hierarquização, controle e exclusão, porém nunca plenamente constituída e sempre já

desafiada em seus limites e contradições pelas dinâmicas subjetivas do campo (OLIVEIRA; XAVIER, 2020; LOPES, 2018; MACEDO, 2019; RANNIERY, MACEDO, 2018).

Para levar adiante o debate delineado, este trabalho propõe uma análise discursiva de diversas ações, manifestações públicas e práticas sociais de agentes políticos, econômicos e religiosos envolvidos nos conflitos e processos educacionais brasileiros entre os anos de 2012 e 2022. Em especial, procura dialogar com a literatura acadêmica que vem sendo produzida sobre esse fenômeno ao longo da última década, nos campos das ciências sociais e da educação, e busca mobilizar recursos conceituais e estratégias investigativas de matriz pós-estruturalista desenvolvidas a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2013; 2011; MOUFFE, 2019) e da abordagem das lógicas propostas por Jason Glynos e David Howarth (BORGES, LOPES, 2021; GLYNOS; OLIVEIRA; BURITY, 2020; GLYNOS; HOWARTH, 2018; 2007; OLIVEIRA, 2018; OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2014) para discutir as seguintes questões: a) Como se desenvolveram os movimentos de articulação entre discursos neoliberais e neoconservadores ao longo do processo de constituição do campo discursivo bolsonarista? b) Como se configura e funciona o jogo de ressonâncias entre demandas e lógicas neoliberais e neoconservadoras no campo da educação brasileira? c) Como têm se estruturado as dinâmicas de mobilização de afetos que têm sustentado e/ou tensionado os processos de identificação com esses discursos e lógicas?

A articulação neoliberal-neoconservadora-autoritária e a constituição do bolsonarismo como nova subjetividade política no cenário brasileiro

O processo ontopolítico que constitui o bolsonarismo como movimento de articulação entre neoliberais, neoconservadores e militaristas na realidade brasileira se desenvolveu a partir da confluência entre diversos fatores, dos quais pelo menos três precisam ser destacados aqui. Primeiro, a onda de antipetismo e antiesquerdismo fomentada no país pela insatisfação dos agentes econômicos e políticos neoliberais com a sequência inédita de vitórias eleitorais da esquerda, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal brasileiro e especialmente com a linha social-desenvolvimentista de condução da economia durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Essa insatisfação chegou a seu auge a partir dos conflitos sobre as estratégias de enfrentamento aos desdobramentos da crise financeira global de 2008 e a seu ponto de ruptura após a reeleição de Dilma em 2014 (MIGUEL, 2021). A recusa dos grupos econômicos se materializou concretamente na busca de inviabilização do segundo governo Dilma mediante uma aliança de oposição sistemática no Congresso Nacional, um ataque midiático intensivo realizado com a exploração sensacionalista de casos e suspeitas de corrupção, uma campanha de desconstrução da imagem das principais lideranças petistas e da esquerda e, sobretudo, da mobilização de uma estratégia inquisitorial de guerra jurídica – *lawfare* – sem precedentes no país (UCHOA, 2022; ZANIN; ZANIN; VALIM, 2021; 2020) para criminalizar essas lideranças e criar condições políticas e sociais para a deposição do governo e para o desmonte de seu partido.

O segundo fator importante a ser destacado na construção dessa aliança neoliberal-neoconservadora-autoritária no Brasil foi o resgate e a promoção da radicalização de um imaginário religioso cristão anticomunista, antiesquerdista e socialmente moralista (BURITY, 2020a; 2020b; BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020; CARRANZA, 2020; ALMEIDA, 2019; 2017; ALMEIDA; TONIOL, 2018). Esse imaginário, herdeiro dos discursos religiosos coloniais e da Guerra Fria, permaneceu residual e latente nos discursos e práticas religiosas internas da maioria dos grupos católicos e evangélicos brasileiros, mas não costumava ser evocado como fonte de demandas sociais e políticas desses setores – com exceção de alguns pequenos grupos de conservadores militantes¹ – até que, a partir do início dos anos de 2010, diversos parlamentares e lideranças políticas descobriram a força das chamadas *pautas morais* e *de costumes* para mobilização e fortalecimento de suas bases religiosas e passaram a fomentar e instrumentalizar esse imaginário em seus discursos, campanhas e, especialmente, em seus ataques aos adversários da esquerda (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018; 2018a). Dois casos paradigmáticos nesse período foram a exploração do tema do aborto pela campanha presidencial de José Serra (PSDB) em 2010 (MACHADO, 2012) e a popularização da imagem de lideranças religiosas parlamentares e midiáticas a partir da criação do factóide do *kit gay*, em torno do projeto Escola Sem Homofobia, no início do segundo governo Dilma (SILVA, 2020; LEITE, 2018; MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

O terceiro fator a ser destacado como característica própria desse processo de articulação no caso brasileiro foi a recuperação da herança mal resolvida do imaginário autoritário que sustentou a ditadura militar entre os anos de 1964 e 1984 (KEHL, 2010; SAFATLE, 2010; TELES, 2010). Esse imaginário concebe uma noção contraditória de democracia como regime tutelado pelas Forças Armadas para impedir o avanço de forças de esquerda, caracterizadas como agentes subversivos internos que representariam um inimigo externo que busca corromper e destruir a sociedade por meio da subversão de seus valores, padrões e estruturas hierárquicas tradicionais. Contra esse inimigo absoluto, a suspensão dos direitos individuais e coletivos, o controle arbitrário da produção da verdade e o uso sistemático de formas extremas de violência, inclusive tortura e assassinato de dissidentes, tornam-se não somente necessárias, mas moralmente justificáveis e socialmente autorizadas. Esse imaginário social, seus discursos e suas lógicas elementares não foram direta e sistematicamente confrontados através ou a partir do acordo político que negociou a transição para um novo regime constitucional e democrático no contexto brasileiro. A chamada “abertura democrática” se desenrolou como uma transição político-jurídica celebrada pelas elites políticas e intelectuais do país, todavia, como parte e efeito indireto e implícito do acordo de “anistia”, o imaginário autoritário que sustentou a ditadura permaneceu hegemônico na cultura militar e extremamente presente, mesmo que de forma latente, em amplos setores da cultura popular do país (TELES, 2010), inclusive nos setores evangélicos e católicos mais conservadores.

Por nunca ter feito um tribunal contra a ditadura, o Brasil nunca disse claramente rechaçar as práticas político-administrativas típicas dos operadores de regimes totalitários como o brasileiro, um regime cínico por fazer questão de mostrar não levar a sério as leis que ele mesmo enunciava. Regime que era capaz de assinar tratados de defesa dos direitos humanos enquanto torturava e desaparecia com os

corpos. É da incapacidade de lidar com nosso passado que vem o caráter deteriorado da nossa democracia (SAFATLE, 2010, p. 251).

A construção da articulação entre neoliberalismo, neoconservadorismo e militarismo no cenário brasileiro se desenvolve, notavelmente, por intermédio da convergência e da sinergia entre esses três fatores destacados. A campanha midiática antipetista e os processos de exceção que levaram à deposição da presidenta Dilma Rousseff e à prisão do então ex-presidente Lula da Silva assumiram, desde seu início, o caráter simbólico de uma cruzada moral e abriram o caminho para a legitimação pública e disseminação de discursos teológico-políticos que, em consonância com o neoconservadorismo global, promoviam o enfrentamento às esquerdas e às demandas e movimentos sociais de base – sobretudo movimentos trabalhistas, negros, indígenas, feministas, LGBTQIA+ e ambientalistas – como parte de uma guerra religiosa que buscava defender um modelo idealizado de sociedade cristã contra as ameaças de um projeto maligno de destruição da família, da fé e da civilização cristã. Vale a pena ainda destacar, nesse contexto, a importância do movimento teológico-político de matriz cristã tradicionalista, embora não eclesial, liderado pelo escritor Olavo de Carvalho (TEITELBAUM, 2020), que exerceu influência imensa no processo inicial de formação do bolsonarismo e cuja herança continua a ser relevante, mesmo após a morte de seu fundador.

A (re)configuração do campo cristão neoconservador brasileiro como parte proeminente do movimento que forneceu uma base social sólida e duradora ao bolsonarismo se desenvolveu pela articulação simbólica e política entre quatro diferentes setores dentro do panorama cristão do país:

- i) O setor dos grupos, movimentos e lideranças católicos conservadores, que envolve organizações como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), Opus Dei, Arazos do Evangelho, Legionários de Cristo, Centro Dom Bosco, Liga Cristo Rei e outros grupos menores, herdeiros dos movimentos integralistas, tradicionalistas e da neocristandade no catolicismo, assim como centenas de novos porta-vozes e produtores de conteúdo digital que têm alcançado influência cada vez maior entre a massa de fiéis católicos;
- ii) O setor dos grupos, movimentos e lideranças evangélicos direta e explicitamente identificados com o conservadorismo político e social, que envolve movimentos como os neopuritanos e neocalvinistas, organizações como a Visão Nacional para a Consciência Cristã (Vinacc), Comunidade L’Abri e miríades de pequenos grupos e lideranças eclesialistas, paraeclesialistas e midiáticos identificados com a tradição do fundamentalismo protestante e do neoconservadorismo evangélico norte-americano, que também tem exercido influência crescente pelas redes sociais, para além de seus círculos diretos;
- iii) O setor dos evangélicos identificados com os discursos e práticas neopentecostais, o qual inclui não somente as pessoas diretamente filiadas a igrejas reconhecidas como neopentecostais como abarca uma massa gigantesca de fiéis de todas as denominações, inclusive sem igreja, que

- se identificam com esses discursos e suas lideranças através das velhas e novas mídias;
- iv) O setor dos católicos identificados com os discursos e práticas da Renovação Carismática Católica (RCC), o qual inclui não somente as pessoas diretamente filiadas aos grupos oficiais da RCC, mas também abarca um conjunto expressivo de pessoas católicas, inclusive não diretamente envolvidas com a estrutura da Igreja, que se identificam com esses discursos e suas lideranças através dos canais das mídias tradicionais e das novas mídias eletrônicas.

É importante ressaltar que esses quatro setores não representam identidades fechadas nem necessariamente estabilizadas, homogêneas e claramente definidas. Do mesmo modo, cada um desses (sub)campos discursivos possuem diferenças, divergências e tensões significativas entre si em diversas questões teológicas, litúrgicas, eclesiológicas, organizacionais e mesmo políticas. Assim, o que viabiliza a aproximação e a articulação – ainda que parcial e instável – entre os discursos e práticas desses diversos setores em torno da configuração de um campo cristão neoconservador brasileiro é um movimento político de afirmação e fortalecimento de seu antagonismo em relação a um inimigo em comum, o qual assume diversas formas, mas seria representado, em última instância, pela ameaça *da esquerda* à fé e aos valores cristãos ocidentais. O fortalecimento desse antagonismo torna-se, do mesmo modo, o principal fator que abre caminho para o movimento de aproximação e articulação entre os discursos e lógicas cristãos neoconservadores e os discursos e lógicas neoliberais na economia, na sociedade e igualmente na educação.

Deve-se enfatizar também que, embora esse campo neoconservador reúna atualmente os setores majoritários do cenário evangélico brasileiro e alguns dos setores mais ativos e organizados do catolicismo, ele não representa a totalidade nem a expressão *natural* ou *mais autêntica* dessas tradições religiosas. Parte significativa, embora minoritária, dos discursos e movimentos cristãos brasileiros – tanto a partir de tradições evangélicas/protestantes quanto católicas – tem assumido uma postura fortemente divergente e muitas vezes antagonista em relação aos discursos, lógicas e práticas neoconservadoras. É o caso, por exemplo, de diversos grupos herdeiros dos movimentos ecumênicos, das teologias da Missão Integral e das teologias da Libertação, que hoje mantêm uma atuação fortemente articulada a setores da esquerda e aos novos movimentos sociais (SERRA, 2020; CUNHA, 2017; COSTA, 2017; BURITY, 2001).

Como foi observado, a construção da figura *da esquerda* como arquiantagonista comum das identidades e discursos cristãos neoconservadores e dos neoliberais contemporâneos passou diretamente pela recuperação, reafirmação e fortalecimento de diversos traços simbólicos do imaginário anticomunista herdado dos períodos da Guerra Fria e da ditadura militar brasileira. Todavia, na configuração atual dos discursos neoconservadores, a ameaça comunista externa é reelaborada em torno de figuras como o “marxismo cultural” e o “globalismo” (LIMA; HIPÓLITO, 2020; 2019; LOPES, 2019; MACEDO, 2017), as quais representariam a forma atualizada do inimigo absoluto que conspira e permanece à espreita para destruir a paz e o equilíbrio da civilização cristã ocidental.

O inimigo subversivo interno, por sua vez, passa a ser identificado não somente nos partidos de esquerda, sindicatos e movimentos trabalhistas, que ameaçam a ordem político-econômica, mas também, e talvez principalmente, nos chamados novos movimentos sociais, o setor da esquerda que encarna de forma mais insidiosa – na leitura neoconservadora – a ameaça às estruturas e aos modelos estabelecidos de relações sociais. As políticas e discursos educacionais de luta por reconhecimento e justiça desenvolvidos ou propostos a partir das demandas e lógicas articuladas por movimentos de educação popular, de periferia, do campo, negros, indígenas, ambientalistas, feministas e LGBTQIA+ tornaram-se, assim, um dos principais polos de tensionamento e construção do antagonismo que viabilizou a (re)configuração do campo cristão neoconservador e sua aproximação com os discursos neoliberais e militaristas na formação do bolsonarismo.

Tensões e (des)continuidades entre liberdade econômica, (neo)conservadorismo religioso e autoritarismo político no movimento bolsonarista

Mesmo que o então deputado federal Jair Bolsonaro não tenha sido o líder preferido pela maioria dos agentes econômicos, políticos e midiáticos (neo)liberais entre a derrocada do governo petista, em 2016, e o início da campanha para as eleições de 2018², sua posição estratégica como único político de expressão nacional a construir sua imagem como herdeiro e representante legítimo dos alegados *heróis anticomunistas* da ditadura militar³, juntamente com o compromisso de sua campanha de entregar o controle total da economia ao *guru* neoliberal Paulo Guedes, principal representante nacional da Escola Econômica de Chicago, acabaram por credenciar o candidato para tornar-se o símbolo pessoal e performático do movimento que viria a consolidar a articulação estratégica entre o projeto econômico neoliberal, o imaginário cristão neoconservador e as ambições de restauração autoritária da cultura militar e militarista brasileira.

Essa articulação não deixa de estar atravessada e de ser tensionada por diversas contradições discursivas, interesses e projetos divergentes de seus nichos internos; todavia, a aliança se manteve forte o suficiente para sustentar o governo bolsonarista até o fim de seu mandato na Presidência da República e para constituir uma forma de subjetividade política que tem se consolidado cada vez mais como uma nova força eleitoral e social na realidade brasileira.

Ao longo da segunda metade do governo bolsonarista, iniciado em 2019, sobretudo a partir da eclosão da pandemia da Covid-19, parte das elites econômicas, intelectuais, políticas e midiáticas mais alinhadas com o *liberalismo clássico* começaram a buscar estabelecer maior distanciamento em relação às ações, posições sociais e políticas do governo. Embora continuassem a celebrar o discurso do Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes, e as tentativas de avançar alguns projetos caros ao ideário (neo)liberal – como privatizações, cortes de impostos, retirada de direitos trabalhistas, fragilização do funcionalismo público, redução do financiamento da Previdência e minimização dos investimentos em serviços públicos de educação, saúde e proteção social –, a persistência e

exacerbação de alguns aspectos do caráter neoconservador e autoritário da orientação política do governo começaram a representar custos e riscos altos demais para parte dos setores econômicos liberais.

Alguns eventos e fatores que contribuíram para o alargamento dessa fissura foram: o negacionismo científico adotado nas políticas de saúde do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com o suporte efusivo dos discursos cristãos neoconservadores; a vitória do Partido Democrata nas eleições presidenciais dos EUA, em 2020, indicando o declínio do apoio internacional ao bolsonarismo; a elevação dos riscos comerciais e econômicos representados pela irresponsabilidade nas políticas ambientais; o reconhecimento, por parte de alguns economistas liberais clássicos, das contradições e perigos do fiscalismo e do desregulacionismo dogmáticos do neoliberalismo para a própria economia, assim como a intensificação das ameaças e tentativas de construção de condições para a efetivação de uma ruptura institucional mais brusca para a consolidação de um regime autoritário.

Todavia, é importante ressaltar que, apesar desse afastamento gradual de parte das elites liberais mais clássicas em relação ao bolsonarismo – que resultou, ironicamente, na adesão contrariada de vários desses agentes à candidatura Lula no segundo turno das eleições de 2022 –, setores substanciais, senão majoritários, dos campos econômico, político, intelectual e midiático neoliberal continuaram a oferecer suporte financeiro e simbólico ao projeto bolsonarista e franquearam abertamente o apoio à reeleição de seu mandatário, tendo plena clareza das implicações políticas e sociais desse caminho.

Como já destacaram diversos autores (SAFATLE, 2020; BROWN, 2019; 2016; GADELHA, 2017; 2009), os discursos e agentes neoliberais frequentemente justificam e apelam ao autoritarismo político e mesmo a regimes ditatoriais de extrema direita para se contrapor ao que eles caracterizam como *excessos de democracia* e para abrir caminho para a imposição de políticas econômicas e sociais que restrinjam direitos e mecanismos de proteção em favor de seu modelo de mercado econômico. Um caso paradigmático, nesse sentido, foi a adoção do Chile, sob a violenta ditadura de Augusto Pinochet, como laboratório pioneiro para a aplicação e o desenvolvimento das ideias e projetos neoliberais, caso que foi frequentemente evocado pelo ministro Paulo Guedes como exemplar para várias de suas propostas no Brasil. Safatle (2020) recupera uma entrevista concedida por Frederick Hayek, um dos principais teóricos do neoliberalismo, durante o período de reformas promovidas pela ditadura chilena, na qual ele afirma, textualmente:

Eu diria que, enquanto instituição de longo termo, sou totalmente contra ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes, é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como vocês sabem, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo (HAYEK, apud SAFATLE, 2020, p. 26).

Os movimentos de aliança e articulação entre discursos e agentes neoliberais e neoconservadores no cenário global contemporâneo tem se tornado, desse modo, fator central para a emergência do que diversos autores (MOUFFE, 2019; MACEDO, 2019; 2018;

BALLESTRIN, 2018; RANCIÈRE, 2014) têm denominado como *crise da democracia* ou mesmo como perspectivas e regimes *pós-democráticos* ou *pós-políticos*.

A situação atual pode ser descrita como “pós-democracia”, porque, nos últimos anos, como consequência da hegemonia neoliberal, a tensão “agonística” entre os princípios liberais e os democráticos, a qual é constitutiva da democracia liberal, foi eliminada. Com o fim dos valores democráticos de igualdade e soberania popular, os espaços “agonísticos”, em que diferentes projetos de sociedade poderiam se confrontar entre si, desapareceram, e os cidadãos são privados da possibilidade de exercer seus direitos democráticos. [...] A única coisa que a pós-política permite é alternância bipartidária de poder entre partidos de centro-direita e centro-esquerda. Todos aqueles que se opõem ao “consenso de centro” e ao dogma de que não existe alternativa à globalização neoliberal são apresentados como “extremistas” ou desqualificados como “populistas” (MOUFFE, 2019, p. 38-39).

Deve ser assinalado, no caso brasileiro recente, que alguns dos principais defensores das lógicas econômicas e sociais neoliberais, como o empresário Roberto Justus e as lideranças do Partido Novo⁴, como Romeu Zema e Felipe D’Avila, continuaram apoiar a candidatura bolsonarista à reeleição em 2022, em nome de sua agenda de reformas, a despeito de seu notório projeto de fragilização das instituições democráticas e de esvaziamento de políticas de defesa de minorias e do meio ambiente. Parte significativa do empresariado nacional e de representantes do agronegócio – em articulação estreita com os discursos das principais lideranças evangélicas e católicas neoconservadoras – esteve diretamente envolvida não somente na campanha de reeleição, mas também na mobilização de estratégias extremamente agressivas de assédio eleitoral para coagir ou impedir a participação de eleitores no pleito, além de apoiar – direta ou indiretamente – o uso ostensivo e explícito da máquina pública no processo eleitoral, com o aval do Congresso e a cumplicidade do Ministério Público, assim como o uso de agências de Estado e forças policiais na intimidação de eleitores e adversários⁵. O texto da declaração em vídeo publicada por Justus em seu canal na plataforma YouTube é bastante ilustrativo da posição neoliberal:

Enquanto o time do Lula acredita num governo grande e protetor, o outro lado busca reduzir o Estado e tirá-lo das costas de cada um de nós. Escolher um ou outro lado significa mais ou menos impostos. Mais ou menos burocracias. Mais ou menos controle da mídia. Mais ou menos liberdade de empreender. Eu prefiro muito mais um cenário com liberdade individual e incentivo ao empreendedorismo, de privatização de estatais ineficientes, de redução da carga tributária e, obviamente, de menos corrupção. Eu não concordo com tudo que o Bolsonaro diz e faz, mas eu discordo de tudo que o Lula pretende fazer (ROBERTO..., 2022).

Após a derrota da candidatura bolsonarista nas urnas, vários desses agentes foram acusados de estar novamente envolvidos no financiamento de bloqueios de estradas, protestos em quartéis e tentativas de provocação de desordem pública para virtualmente –

conforme já vinha sendo insinuado ou mesmo abertamente defendido por vários empresários e (ex-)militares – buscar criar as condições efetivas para uma nova ruptura constitucional⁶.

O avanço hegemônico da racionalidade neoliberal no campo da educação

No âmbito da educação, o movimento bolsonarista conseguiu articular, ainda que de forma parcial e contingente, as demandas neoliberais – de ampla reconfiguração das políticas e práticas educacionais de acordo com seu padrão de lógicas de mercado – com algumas demandas neoconservadoras e autoritárias que permaneciam marginais nos debates educacionais. A agenda neoliberal na educação se constitui a partir da identificação e redefinição das práticas educacionais como ações geradoras de um tipo específico de capital, o *capital humano*, cujo valor é definido por sua capacidade de produzir resultados econômicos positivos e vantagens econômicas competitivas para indivíduos, empresas e/ou países (LAVAL, 2019; GADELHA, 2009). Nessa perspectiva, as concepções de educação e das políticas educacionais como estratégias de constituição da solidariedade social, de afirmação de valores democráticos, de emancipação e/ou formação de sujeitos críticos e autônomos ou como espaço de emergência criativa e de transformação da realidade são secundarizadas ou mesmo renegadas em função do caráter pretensamente *imperativo, pragmático e realista* da aplicação das *leis de mercado*, a partir de sua definição neoliberal, no campo da educação (LAVAL, 2019; MACEDO, 2019; 2018).

As principais demandas e lógicas neoliberais no campo da educação podem ser agrupadas em torno de três eixos principais. Primeiro, a redefinição da educação como mercadoria – *commodity* – e do campo educacional como um mercado em que se negociam a oferta e a procura por serviços e produtos educacionais, como escolarização básica, cursos, aulas, eventos, materiais, certificações, métodos, tecnologias, *softwares*, plataformas virtuais etc. Uma vez que a educação é qualificada como um tipo de mercadoria negociada em um mercado educacional cada vez mais globalizado, aplicam-se, então, as máximas neoliberais que afirmam que todo mercado deve ser formado por agentes privados e autônomos, os quais devem negociar livremente a oferta e a aquisição de serviços e produtos de acordo com seus interesses individuais, considerados naturais, e com seu mérito pessoal, sem restrições ou interferências de agentes externos, como o Estado ou outros agentes políticos ou sociais (LAVAL, 2019; BROWN, 2016). Segundo essa perspectiva, a educação pública tende a ser normalmente ineficiente, por não estar regida pelos princípios da concorrência e da competitividade, e a não atender os melhores interesses de seus clientes, por ser oferecida por agentes orientados por outros interesses pessoais, corporativos e/ou institucionais.

A privatização de todos os agentes no mercado educacional torna-se, conseqüentemente, um ideal a ser buscado. A relativização temporária desse ideal – mormente no setor da educação básica – somente seria justificável em casos, como o brasileiro, em que o mercado privado *ainda* não possui condições suficientes para oferecer o acesso a serviços de escolarização para toda a população, garantindo a geração de *capital humano* e sua inserção no mercado produtivo. Nesses casos, entretanto, os agenciadores dos projetos e lógicas

neoliberais costumam defender o financiamento público da educação privada mediante estratégias como o fomento à criação de escolas *charter*, financiadas total ou parcialmente pelo Estado, mas administradas por grupos privados; e políticas de concessão de *vouchers*, recursos oferecidos às famílias e estudantes para financiar sua educação em escolas privadas.

O segundo eixo de demandas e lógicas neoliberais na educação se desenvolve em torno da redefinição da organização e do trabalho educacional – docência, supervisão, gestão, produção de materiais, desenvolvimento de sistemas, avaliação etc. – como um conjunto de serviços técnicos voltados intrinsecamente para a satisfação dos interesses e expectativas dos clientes diretos, estudantes e famílias, os quais devem estar naturalmente alinhados com as necessidades e tendências do mercado de trabalho e com a ampliação da capacidade de competição de seus agentes nos cenários econômicos nacional e internacional (FREITAS, 2014). Nesse sentido, o trabalho docente e as demais atividades no campo educacional passam a ser concebidas, caracterizadas e avaliadas pelo desempenho – ou *performance* – de um conjunto de procedimentos que devem ser metodicamente planejados e continuamente aperfeiçoados para garantir a formação de sujeitos economicamente bem-sucedidos segundo os padrões estabelecidos (BALL, 2014; BALL et al., 2013). Para garantir e otimizar a eficiência, a eficácia e a efetividade do sistema escolar, do trabalho docente e das demais atividades educacionais, portanto, é necessário fragilizar os sindicatos e outras instâncias de organização coletiva – os quais são culpados e hostilizados por desequilibrar as relações de mercado e prejudicar os interesses do público – e passam a ser desenvolvidos, preconizados e disseminados diversos programas e mecanismos de treinamento técnico, avaliação, controle e responsabilização – *accountability* – de trabalhadoras e trabalhadores da educação (GLYNOS; OLIVEIRA; BURITY, 2019; GADELHA, 2017).

O terceiro eixo de lógicas e demandas educacionais neoliberais se articula em torno da busca de redefinição dos sujeitos educacionais – estudantes, familiares, docentes, supervisoras, gestores, analistas etc. – com base no padrão emergente do *novo sujeito neoliberal*, o chamado *sujeito empreendedor*. Um sujeito que se constitui, se define e atua como empresa individual, que estrutura e procura conduzir todas as esferas de sua vida de acordo com as lógicas do mercado, em sua definição neoliberal, e que assume a atribuição de total e exclusiva responsabilidade por seus sucessos, fracassos e por todas as suas consequências (SAFATLE, 2020; LAVAL, 2019; DARDOT; LAVAL, 2016; GADELHA, 2009).

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direito. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que a seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

O esforço – consciente e explícito ou não – para redefinir e reconfigurar os sujeitos da educação como *sujeitos empreendedores*, com base na matriz neoliberal, pode ser rastreável em diversas tendências atuais nos cenários global e nacional da educação, como, por exemplo: i) promoção e disseminação de programas, linguagem e estilo gerencial baseados em estratégias motivacionais de *coaching*, gerenciamento de carreira e planejamento estratégico pessoal em escolas, universidades e outros espaços educacionais; ii) utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento e a difusão de modelos de gestão pessoal da aprendizagem, baseados na oferta, seleção e organização individual de conteúdos, recursos e serviços educacionais; iii) fragilização da docência – em suas dimensões profissional, trabalhista e simbólica – e a autonomização ou *uberização* do ensino por meio de serviços presenciais ou digitais; iv) busca de centralização, verticalização e enrijecimento do controle técnico sobre o currículo e as práticas docentes em escolas públicas, favorecendo a rotinização e despersonalização das relações; v) inserção de disciplinas e temas transversais como *empreendedorismo*, *planejamento de vida* e outras similares nos currículos de diversos níveis da educação e em projetos especiais e cursos para familiares; vi) transferência do ônus da responsabilidade pelas *estratégias* de seleção e pela *conquista* do espaço em escolas, programas, *itinerários formativos* e outros recursos para estudantes e famílias.

É importante destacar que nem sempre as demandas, lógicas e práticas associadas aos discursos neoliberais no campo educacional se encaixam e se complementam de forma harmônica e coerente. A tensão entre as demandas por desregulação e liberalização do mercado educacional e por intervenções estatais e políticas públicas que promovam os ideais neoliberais, por exemplo, é bastante comum e tende a ser negociada e equalizada, em cada caso, a partir dos conflitos e relações de força contextuais. É possível observar, entretanto, que todas essas tendências apontam para um processo de fragmentação da vida e da atuação cotidiana dos sujeitos, para a fragilização das relações sociais (BROWN, 2019) e a dissolução de movimentos e espaços de contestação (SAFATLE, 2020).

A partir dos três eixos caracterizados, torna-se notório que o projeto neoliberal não se reduz simplesmente a uma teoria econômica ou mesmo a uma doutrina normativa que preconiza a redução do Estado e a desregulação e liberalização do mercado. Como ressaltam diversas autoras e diversos autores, baseados sobretudo nos trabalhos de Michel Foucault (1979), o neoliberalismo precisa ser compreendido como uma nova forma de *racionalidade*, uma nova gramática de produção de sentidos e relações simbólicas e sociais que se dissemina como padrões de *regularidade na dispersão* e passa a instituir um novo modelo de *governamentalidade* (GADELHA, 2017; 2009).

O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] Uma racionalidade política é, nesse sentido, uma racionalidade “governamental” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Assumimos, todavia, a perspectiva de que é necessário suplementar – no sentido derridiano (DERRIDA, 1999) – a problematização da racionalidade, de suas lógicas e do projeto de governamentalidade neoliberal com a afirmação do caráter discursivo, contingente e hegemônico – ou hegemonicamente constituído e contestado – de toda a realidade social, como propõem os trabalhos de Laclau e Mouffe (LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2013; MOUFFE, 2019). Desse modo, torna-se possível explorar e aprofundar a leitura dos traços que permitem indicar que o avanço da racionalidade neoliberal e de seu projeto de governamentalidade na educação e em múltiplas esferas da vida social, nos cenários global e brasileiro contemporâneo, não se caracteriza como um movimento histórico absoluto, totalmente coerente e inexorável, mas se constitui através de processos contingentes, precários, parciais e contestados de articulação. Processos esses – como a atual composição com o neoconservadorismo – que são limitados, atravessados por diversas contradições e não conseguem colonizar todos os espaços e dimensões sociais e eliminar todas as lógicas alternativas e/ou divergentes. Mais do que isso: a perspectiva hegemônica da Teoria do Discurso oferece recursos férteis para o desenvolvimento de estratégias analíticas – pensadas como *ato e intervenção* – que desafiam as pretensões de fechamento dos sentidos e caminhos históricos, evidenciando as possibilidades negadas e apagadas por esses projetos de totalização.

Uma formação hegemônica é uma configuração de práticas sociais de diferentes naturezas: econômica, cultural, política e jurídica, cuja articulação é assegurada em torno de alguns significantes simbólicos centrais que formam o “senso comum” e fornecem a estrutura normativa de uma dada sociedade. O objetivo da luta hegemônica consiste em desarticular práticas sedimentadas de uma formação existente através da transformação dessas práticas e da instauração de outras novas, estabelecer pontos nodais de uma nova formação social hegemônica. [...] Articular claramente a democracia com direitos iguais, apropriação social dos meios de produção e soberania popular coordenará uma política muito diferente e fundamentará práticas socioeconômicas diferentes de uma democracia articulada com o livre mercado, a propriedade privada e o individualismo desenfreado (MOUFFE, 2019, p. 76-77).

Ressonâncias e recomposições entre lógicas neoliberais e neoconservadoras na educação

Parte significativa das demandas neoliberais no campo da educação já vem sendo organicamente incorporada, desde os anos de 1980, aos modelos de políticas educacionais propugnadas e difundidas por organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como condições consideradas incontornáveis para o pleno desenvolvimento econômico, social e para a integração competitiva do país no mercado internacional. Na esteira dessas demandas, orientações e oportunidades de financiamento, diversas organizações, movimentos e grupos de influência – como o Movimento Todos Pela Educação, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto

Marinho e outros – também foram formados com o objetivo de mediar as relações com o Estado, exercer pressão política, desenvolver um discurso público e assessorar a elaboração e a implantação de diversas políticas educacionais alinhadas com a agenda neoliberal na educação. Com a atuação crescente desses grupos de interesse, juntamente com os novos conglomerados empresariais do mercado educacional, várias dessas lógicas e demandas já vinham orientando e/ou sendo introduzidas nas políticas educacionais brasileiras desde o final dos anos de 1990, influenciando as políticas dos governos do PSDB e do PT, em nível federal, assim como as políticas locais desenvolvidas por inúmeros governos estaduais e municipais (ARAÚJO; LOPES, 2021; MACEDO, 2019; MATHEUS; LOPES, 2014; BALL, 2014; DIAS; LOPES, 2009).

O que surge de novo a partir da formação do movimento que forçou a deposição do governo Dilma, em 2016, e criou condições para a emergência, configuração e fortalecimento do projeto bolsonarista, em 2018, é o início de um processo que poderia produzir uma ampliação extraordinária da base de apoio social às demandas e lógicas educacionais neoliberais por meio do estabelecimento de articulações e relações de reforço mútuo ou *ressonância* (CONNOLLY, 2008) com as demandas e lógicas neoconservadoras e militaristas que despontaram e ganharam força nos discursos bolsonaristas (CUNHA; LOPES, 2022; LOCKMANN, 2020; LIMA; HIPÓLITO, 2020; 2019; MACEDO, 2019; 2017).

Apesar de a maioria dos intelectuais e técnicos alinhados com as demandas e projetos neoliberais no cenário educacional brasileiro – com notáveis e significativas exceções – resistir a assumir publicamente um compromisso ou mesmo associação indireta com os agentes públicos e com o discurso bolsonarista, os agentes econômicos, empresários e lobistas do campo não deixaram de aproveitar e explorar a maré simbólica favorável a seus interesses para viabilizar seus projetos e tentar avançar diversas de suas demandas em termos de legislação e normatização, como, por exemplo, a flexibilização das condições para a aprovação de cursos e instituições de ensino superior, a ampliação exponencial e desregulada do ensino a distância, a redução drástica no financiamento dos sistemas e projetos da educação pública e a ampliação do financiamento público a instituições e iniciativas privadas.

Logo após a divulgação dos resultados das eleições de 2018, a Frente Parlamentar Evangélica, principal polo de organização dos políticos cristãos conservadores no cenário nacional, publicou um documento intitulado *Manifesto à nação: o Brasil para os brasileiros* (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018). Com esse documento, a despeito das fragilidades visíveis em sua construção e argumentação, as lideranças políticas evangélicas e seus aliados no Congresso Nacional buscavam se posicionar como parte do núcleo central do governo Bolsonaro, então em formação. Buscavam reconhecidamente, sobretudo, se credenciar para reivindicar o cobiçado Ministério da Educação, com sua imensa visibilidade política, relevância estratégica, abrangência de ações e orçamento. Embora a estratégia tenha falhado, uma vez que o núcleo central do bolsonarismo logrou conquistar uma inserção direta no campo religioso – com papel de crescente destaque para a primeira dama, Michele Bolsonaro – e passou a relativizar a mediação dos políticos e lideranças evangélicas tradicionais, o documento permanece como registro privilegiado do modo como as lógicas neoliberais passaram a ser articuladas como princípios morais por uma parte dos discursos cristãos neoconservadores. Especialmente para demonstrar como

a noção de *mérito* torna-se ponto nodal privilegiado para a articulação entre discursos e lógicas neoliberais e neoconservadoras.

O *manifesto*, cujo título evoca – como interdiscurso – a memória do lema da chamada *Doutrina Monroe – a América para os americanos* – e, conseqüentemente, o imaginário da Guerra Fria e do anticomunismo das décadas de 1950 a 1980, estrutura-se em quatro *eixos programáticos* para o *planejamento estratégico* do futuro governo. Os três primeiros eixos demonstram alinhamento minucioso dos pretendentes da Frente Parlamentar ao ideário neoliberal professado pelo então declarado e todo-poderoso futuro ministro da Fazenda, Paulo Guedes: I. Modernização do Estado; II. Segurança jurídica; III. Segurança fiscal. O quarto e último desses eixos foi denominado, precisamente, Revolução na educação (p. 52) e estava organizado em quatro subtópicos: 4.1. Mérito: a base de um sistema educacional de sucesso; 4.2. Escola sem ideologia e escola sem partido; 4.3. O novo ensino superior brasileiro; 4.4. Eficientização dos recursos destinados à educação, prioridade à universalização do ensino básico e técnico de qualidade. A partir dessa estrutura, o texto vaticinava uma série de diretrizes para reestruturar radicalmente o sistema e as políticas de educação, articulando, de forma alternada ou combinada, justificativas técnicas e morais. Vale a pena recuperar, aqui, uma parte do trecho introdutório do item 4.1:

Valorizar e incentivar o mérito em todo o sistema educacional nacional como condição do sucesso individual e, por extensão, no sucesso do Brasil. A tragédia que se instituiu no Brasil nas últimas décadas teve como uma das causas o desprezo pelo esforço, pelo estudo, pelo mérito conquistado ao longo do tempo, em benefício do caminho mais curto da demagogia, do uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários. A destruição dos valores e princípios do mérito escolar e do mérito acadêmico-universitário contribuiu para a violência contra a civilização judaico-cristã, atingindo duramente o cristianismo, tal como aconteceu na URSS e demais Estados totalitários, como na Itália fascista e na Alemanha nacional-socialista, China, Cuba etc. O mérito é rigorosamente democrático, todos podem conquistá-lo. O democratismo comunista é a destruição do ensino de qualidade, pois, quanto mais ideológico, mas ele se torna improdutivo, ineficiente e corrupto. [...] A corrupção dos valores e princípios da meritocracia atinge duramente a qualidade da Educação, que é sempre universal. Não existem Ciências Naturais que somente tenham validade no Brasil. Quem não sabe Ciências e Matemática no Brasil não sabe em nenhum lugar no mundo. Portanto, o demérito não resolve nenhum problema de educação e cria todos os gravíssimos problemas que resultaram no gigantesco atraso do Brasil (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 53-54).

As relações de ressonância e os movimentos de articulação entre demandas e lógicas neoliberais e neoconservadoras na educação se desenvolveram no caldeirão discursivo do bolsonarismo a partir, mais uma vez, do antagonismo com o inimigo comum articulado, como cadeia de equivalência, em torno do significante genérico da *esquerda*. Os discursos bolsonaristas condensam, através desse significante, movimentos docentes, sindicatos de

trabalhadoras e trabalhadores da educação, comunidades disciplinares escolares e acadêmicas, associações acadêmicas, movimentos estudantis, novos movimentos sociais e outros agentes coletivos que, em qualquer medida, resistem a assumir o imperativo das lógicas do mercado neoliberal e que, ao mesmo tempo, passaram a ser vislumbrados como representantes do marxismo cultural que transformou a educação brasileira em uma força de ameaça sistemática aos princípios e valores da família tradicional, da fé cristã e da civilização ocidental. Uma vez estabelecido o inimigo em comum, todas as ações e políticas que fragilizam esse inimigo são potencialmente favoráveis à aliança neoliberal-neoconservadora-autoritária construída pelo bolsonarismo.

Como sinaliza Safatle (2020), a constituição e naturalização do padrão de subjetividade neoliberal demanda uma reconfiguração dos códigos de moralidade e de estruturação psicológica dos sujeitos.

Isso nunca funcionaria se não houvesse outra dimensão dos processos de intervenção social. Dimensão na qual podemos encontrar um profundo trabalho de *design* psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida. Dessa forma, a empresa poderia nascer no coração e na mente dos indivíduos. Um *design* psicológico que só poderia ser feito por meio da repetição generalizada de exortações morais que nos levavam a compreender toda resistência a tal redescritção empresarial da vida como falta moral, como recusa em ser um “adulto na sala”, em assumir a virtude da coragem diante do risco de empreender e abrir novos caminhos por conta própria. Algo que ressoa as análises de Weber a respeito do ideal empresarial como expressão da orientação puritana da conduta como missão (SAFATLE, 2020, p. 30).

Nesse sentido, como também observa Brown (2019), na articulação entre discursos e lógicas neoliberais e neoconservadoras, o neoliberalismo se fortalece a partir da incorporação e afirmação da moralidade neoconservadora que defende ferozmente, em nome das liberdades individuais e religiosas, o direito à preservação e à afirmação de padrões coloniais de discriminação, abjeção e subordinação de classe, cor, origem étnica, cultura, religião, gênero, orientação sexual etc. Não porque os teóricos e agentes neoliberais passem a necessariamente subscrever e afirmar essa moralidade, mas porque ela passa a exercer papel de barreira imune irreduzível, para os sujeitos privados, contra quaisquer tentativas de constituição de subjetividades políticas que ameacem questionar o imperativo da competição no livre mercado.

Quando a nação é privatizada e familiarizada desse modo, ela se torna legitimamente iliberal quanto a *insiders* aversivos e *outsiders* invasivos; assim, o neoliberalismo planta as sementes de um nacionalismo que ele formalmente abjura. Também se ramificam o estatismo, o policiamento e o autoritarismo, uma vez que muros e proteções de todo tipo são autorizados e exigidos por essa privatização. Muros e portões de casas, é claro, são os símbolos visuais mais fortes

que demarcam o privado do público, o protegido do aberto, o familiar do estranho, a propriedade do comum. Ao mesmo tempo, à medida que o domínio do privado se expande, ele exige cada vez mais proteção estatal por meio da lei, de forças de segurança públicas e privadas, de patrulhas de fronteira, da polícia e dos militares. Desse modo, o Estado securitário cresce junto com a privatização e é legitimado por ela. De modo similar, apelos nacionalistas para se deixar os refugiados do lado de fora do muro e para expulsar imigrantes recorrem à figura da nação como um lar ameaçado em que os princípios de justiça democrática e direitos humanos não têm pertinência alguma. A expansão da "esfera pessoal protegida" em nome da liberdade, então, não apenas assegura poderes desiguitários de classe, gênero, sexualidade e raça; ela gera uma *imago* e um *ethos* da nação que rejeitam uma ordem pública, pluralista e democrática em nome de uma ordem privada, homogênea e familiar (BROWN, 2019, p. 143-144).

Os três titulares oficiais do Ministério da Educação que se sucederam durante os três primeiros anos do governo bolsonarista, é válido notar, estiveram todos diretamente ligados às suas bases cristãs neoconservadoras. Velez Rodriguez combinava sua inserção militar com o tradicionalismo católico. Abraham Weintraub se credencia e se legitima a partir de sua origem no tradicionalismo olavista (TEITELBAUM, 2020). Milton Ribeiro – pastor e liderança de projeção nacional da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) –, embora não tenha sido uma escolha da bancada evangélica parlamentar, foi a escolha que buscou contemplar a base evangélica diretamente ligada ao bolsonarismo pelas redes construídas em torno de Michele Bolsonaro e do então ministro da Justiça, André Mendonça, também pastor da IPB. Apesar das diferenças de capacidade de expressão, linguagem e estilo de atuação dos três ministros, todos cumpriram o papel de afirmar e representar a vigilância política e moral sobre o campo da educação, combinando esse papel com a expansão da rede de escolas militarizadas, a liberalização do mercado educacional e o favorecimento direto de aliados do governo, o que chegou a provocar a prisão de Milton Ribeiro e levou à nomeação, por fim, de um técnico leal ao projeto bolsonarista.

Fantasia sociais e dinâmicas de constituição subjetiva no neoconservadorismo cristão

É possível colocar em perspectiva, a partir desse contexto, o quanto os processos de identificação discursiva e constituição subjetiva dos novos agentes e grupos neoconservadores que configuram e sustentam o campo bolsonarista vêm sendo mobilizados por fantasias sociais (GLYNOS, 2021; GLYNOS; OLIVEIRA; BURITY, 2019) associadas, sobretudo, a relações raciais, geracionais, de gênero e de sexualidade. Mais do que as mídias tradicionais, as redes sociais virtuais, as plataformas de conteúdo digital e os grupos de aplicativos tornaram-se espaços privilegiados para acompanhar os processos de produção, disseminação e potencialização dessas fantasias partilhadas, que articulam “lógicas fantasmáticas” (GLYNOS; HOWARTH, 2018; 2007; BORGES; LOPES, 2021; OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2014) geralmente materializadas em forma de *fake news*, *memes*, *reels*, *hashtags*, *tweets* e outras formas virais de enunciação. Como propõe Oliveira (2018),

as lógicas fantasmáticas apresentam-se, assim, como padrões de narrativas partilhadas – fantasias sociais – que cumprem o papel de “suturar” e aplacar a “angústia da falta” gerada pela impossibilidade de realização e totalização plena do sujeito e da realidade social e, ao mesmo tempo, passam a estruturar o gozo dos sujeitos ao estabelecer um jogo de promessa e frustração dessa realização (GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008), cuja impossibilidade passa a ser atribuída a um elemento externo, apontado como obstáculo à realização subjetiva e social. [...] As fantasias sociais costumam conjugar em uma mesma narrativa premissas e afirmações inconsistentes, contraditórias e mesmo incompatíveis entre si. Isso faz com que as narrativas fantasmáticas assumam frequentemente um caráter ambíguo, anedótico, de enunciação difusa, sendo muitas vezes evocadas indiretamente ou veladamente em fóruns públicos e oficiais como narrativas reconhecidas e partilhadas a partir de sua enunciação em fóruns privados e não oficiais, sobretudo em períodos de estabilização de um regime social. Quando eclodem conflitos hegemônicos, entretanto, as lógicas fantasmáticas tendem a assumir um papel mais explícito e visível (OLIVEIRA, 2018, p. 199-200).

Levantamentos realizados por agências de checagem de informação e monitoramento de redes virtuais especializados nos grupos cristãos e evangélicos, como o Coletivo Bereia⁷ e a Casa Galileia⁸, já vêm registrando, de forma consistente, o quanto as mensagens atravessadas por questões étnico-raciais, geracionais, sexuais e de gênero têm demonstrado uma capacidade gigantesca de provocar mobilização e engajamento entre esses grupos. Destacam-se especialmente as narrativas e lógicas fantasmáticas que denunciam os perigos do dito *marxismo cultural* e da chamada *ideologia de gênero* que seriam promovidos pela esquerda, predominantemente no campo da educação, assim como se destacam as narrativas que exaltam o papel dos cristãos, patriotas, do *mito* Jair Bolsonaro e das lideranças bolsonaristas como agentes heróicos, escolhidos e chamados diretamente por Deus para proteger e restaurar a ordem e os valores familiares e patrióticos.

De forma genérica, o significante “marxismo cultural” condensa, no imaginário neoconservador, todas as enunciações que criticam ou relativizam os símbolos, valores e normas estabelecidos em seu modelo idealizado de cultura e civilização ocidental. O significante “ideologia de gênero”, por sua vez, representa qualquer enunciação que questione ou relativize os padrões cis-heteronormativos considerados naturais dos papéis de gênero e sexualidade. Narrativas fantasmáticas, como as que denunciam a associação entre as esquerdas, as religiões de matriz afro-indígena e o satanismo, por exemplo, como as que caracterizam as universidades públicas como antros de doutrinação esquerdista, balbúrdia, orgias sexuais e consumo de drogas, ou como as que denunciam políticas e projetos educacionais que promoveriam a (homos)sexualização das crianças, o uso de mamadeiras em forma de pênis nas creches, a transformação dos banheiros escolares em espaços unissex, entre outros⁹, têm demonstrado, assim, uma capacidade extraordinária de produzir e sustentar as identificações subjetivas neoconservadoras e bolsonaristas (CAMILO; REIS; SOUSA, 2022; CUNHA, 2022; OBSERVATÓRIO..., 2022a, 2022b, 2022c, 2022d).

A força dessas lógicas fantasmáticas, é importante ressaltar, não depende de sua verossimilhança, capacidade de convencimento racional ou fundamentação objetiva. Sua

capacidade de atração e seu poder de sustentação simbólica residem em sua capacidade de suturar ou aplacar a angústia da falta e de estruturar o gozo dos sujeitos. Ou seja, a fantasia desempenha – seja de forma mais consciente e explícita ou inconsciente e implícita – um papel estrutural na constituição e sustentação dos sujeitos. Portanto, o questionamento direto das narrativas fantasmáticas tende a ter efeito significativamente limitado se não estiverem abertos, em conjunto com esses questionamentos, outros caminhos viáveis de identificação e estruturação subjetiva.

A maioria das igrejas e comunidades cristãs brasileiras – tanto evangélicas quanto católicas – ainda sustenta e é sustentada por modelos fortemente coloniais de fé cristã e vida religiosa que são subsidiários de padrões tradicionais de autoridade patriarcal, de relações de classe, raça, gênero, de organização e controle da sexualidade e de afirmação da superioridade e caráter universal da religião e da cultura brancas, de origem europeia e norte-americana. O questionamento das lógicas coloniais, em suas múltiplas dimensões – especialmente nos discursos e práticas políticas associadas às esquerdas – e o avanço das demandas por justiça, reconhecimento e direitos de novos sujeitos políticos e de grupos sociais historicamente subalternizados, marginalizados e excluídos representam efetivamente, portanto, um desafio ou mesmo uma ameaça para a contextualização e a atualização desses grupos religiosos.

Nesse sentido, as fantasias de terror e de realização heróica que sustentam a identificação neoconservadora e sua articulação com o neoliberalismo e o autoritarismo militarista no projeto bolsonarista são hipérboles de medos, frustrações, ressentimentos e esperanças reais. Como sustentar discursos e práticas religiosas constituídas em torno do poder patriarcal, da narrativa colonial eurocêntrica, das teologias do destino manifesto da nação escolhida ou povo eleito, da confissão positiva, da prosperidade, da batalha espiritual contra as religiões de matriz africana e indígena, entre outras similares, diante do avanço de discursos pós/decoloniais, igualitários, antirracistas, feministas, de afirmação da dignidade e direitos de pessoas LGBTQIA+?

Não há como aprofundar o debate sobre as contradições e os limites das identificações e dos projetos políticos neoconservadores sem assumir e enfrentar o debate teológico-político como parte do debate público sobre a realidade brasileira, inclusive e especialmente no campo da educação. Não há como desarmar os mecanismos de disseminação de desinformação, instrumentalização de ressentimentos e produção de pânicos morais que sustentam a nova direita autoritária sem recusar e buscar enfrentar, primariamente, as lógicas neoliberais e neoconservadoras de exclusão e silenciamento de clamores e demandas por justiça – para além do cálculo controlado e previsível da lei, do direito ou do mérito – nos espaços públicos, escolares, no currículo e nos debates educacionais.

Diante da articulação discursiva e da expansão hegemônica – ainda em curso – da aliança neoliberal-neoconservadora-autoritária, torna-se ainda mais importante buscar preservar e encontrar novas formas de afirmar o campo curricular como espaço-tempo de permanente eclosão de experiências de “fome e sede de justiça”, de descoberta de novos nomes para o que falta, de desafio de limites e reelaboração de horizontes pessoais e políticos. Na medida em que as dinâmicas subjetivas de (des/re)articulação simbólica e reimaginação desses horizontes se ampliam e intensificam, como é possível observar em discursos marginais e alternativos – até mesmo versados na própria linguagem cristã e religiosa – que também

constituem os contextos educacionais, torna-se mais difícil (i)mobilizar novas gerações em torno da ânsia de restauração de uma ordem teocrática sagrada, supostamente violada e ciosa de vingança.

Notas

- ¹ No âmbito católico podem ser destacados grupos como a Opus Dei, a Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), os Arautos do Evangelho, Legionários de Cristo e outras sociedades, movimentos e grupos menores. No cenário evangélico, além dos minúsculos círculos ideológicos que cultivavam explicitamente a memória e o ideário do fundamentalismo protestante clássico, começaram a articular-se pequenos movimentos teológico-políticos neoconservadores, influenciados pelo neoconservadorismo norte-americano a partir do final dos anos de 1990, dos quais podem ser destacados o neopuritanismo e neocalvinismo, que se tornaram hegemônicos na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) – denominação dos ex-ministros bolsonaristas da Educação, Milton Ribeiro, e da Justiça, André Mendonça, atualmente no STF – e o Movimento da Consciência Cristã, que tornou-se um dos principais polos de articulação e disseminação de um discurso neoconservador evangélico (ver OLIVEIRA, 2009).
- ² Até o primeiro turno das eleições de 2018, parte significativa das forças econômicas demonstrou sua preferência pela candidatura de Geraldo Alckmin, então candidato pelo PSDB.
- ³ Cabe recordar, aqui, as recorrentes manifestações de exaltação ao golpe de 1964, ao legado da ditadura militar brasileira, a seus principais líderes e a notórios torturadores e agentes da repressão ao longo da carreira política de Jair Bolsonaro e de seus filhos, assim como as frequentes homenagens a outras ditaduras e ditadores de extrema direita e a policiais envolvidos com milícias e grupos de extermínio.
- ⁴ Ver, por exemplo, as declarações de João Amoedo, um dos fundadores do Partido Novo (MENDES, 2022).
- ⁵ Ver, por exemplo, as matérias do *Correio Braziliense* (ASSÉDIO..., 2022) e da CNN-Brasil (URIBE, 2022). Ver, também, a legitimação dos discursos e ações golpistas por lideranças cristãs nos aplicativos e redes sociais digitais (OBSERVATÓRIO..., 2022a, 2022b, 2022c, 2022d).
- ⁶ Sobre os indícios de conspiração, financiamento e apoio empresarial a grupos, movimentos e atos políticos de intenção golpista relacionados ao bolsonarismo, ver, por exemplo, as matérias jornalísticas publicadas por Filho e Borges (2022) e Filho (2022).
- ⁷ <https://coletivobereia.com.br/>
- ⁸ <https://casagalileia.com.br/>
- ⁹ Esse é um pequeno resumo que reúne algumas das principais, dentre a extensa lista de notícias, denúncias e acusações falsas enunciadas, publicadas e/ou disseminadas por lideranças e agentes do campo bolsonarista entre os anos de 2018 e 2022.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, v. 38, n. 1, p. 185-203, 2019.
- ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- APPLE, M. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, p. 55-78, 2002.

- ARAÚJO, H.; LOPES, A. Redes políticas de currículo: a atuação da Fundação Getúlio Vargas. **Práxis Educativa**, v. 16, p. 1-18, 2021.
- ASSÉDIO eleitoral dispara em 2.577% entre o primeiro e segundo turno. **Correio Braziliense**, out. 2022. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/10/5047542-assedio-eleitoral-dispara-em-2-577-entre-o-primeiro-e-segundo-turno>>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- BALL, S. J. et al. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. **Educação em Questão**, Natal, v. 46 n. 32, p. 9-36, 2013.
- BALL, S. J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2014.
- BALLESTRIN, L. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 149-164, 2018.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria; VAGGIONE, Juan. **Gênero, neoconservadorismo e democracia:** disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BORGES, Veronica; LOPES, Alice. Por que o afeto é importante para a política? Implicações teórico-estratégicas. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 114-135, 2021.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo.** A ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos:** neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2016.
- BURITY, Joanildo. Conservative wave, religion and the secular State in post-impeachment Brazil. **International Journal of Latin American Religions**, v. 4, p. 83-107, 2020a.
- BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura postimpeachment en Brasil. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 22, 2020b.
- BURITY, J. Discurso, descolonização do saber e diversidade étnica e religiosa na educação. **Espaço do Currículo**, v. 7, n. 2, p. 199-218, 2014.
- BURITY, Joanildo. Novos paradigmas e estudo da religião: uma reflexão antiessencialista. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 41-65, 2001.
- CAMILO, R.; REIS, D; SOUSA, R. Pânico moral sobre “ideologia de gênero”, aborto, erotização de crianças e defesa da família é usado para disputa eleitoral com base em desinformação. 2022. Disponível em: <<https://coletivobereia.com.br/panico-moral-sobre-ideologia-de-genero-aborto-erotizacao-de-criancas-e-defesa-da-familia-e-usado-para-disputa-eleitoral-com-base-em-desinformacao>>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- CARRANZA, Brenda. Erosão das democracias latino-americanas: a ascensão política dos cristãos. **Ciências Sociais e Religião**, v. 22, 2020.
- CONNOLLY, William. **Aspirational fascism the struggle for multifaceted democracy under Trumpism.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.
- CONNOLLY, William. **Capitalism and Christianity, American style.** Durham: Duke University, 2008.
- COSTA, F. C. Evangélicos progressistas: uma experiência política no período de abertura democrática no Brasil. **Revista Mundo Livre**, v. 3, n. 2, p. 19-33, 2017.
- CRUZ, T.; MACEDO, Elizabeth. A diferença resiste à de(s)mocratização. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 24, n. 41, jan./abr. 2019.

- CUNHA, M. N. Os bichos-papões que assombraram os eleitores religiosos em 2020. Disponível em: <<https://coletivobereia.com.br/os-bichos-papoes-que-assombraram-os-eleitores-religiosos-em-2020>>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- CUNHA, M. N. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 217-244, 2017.
- CUNHA, Viviane; LOPES, Alice. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. **Educação e Sociedade**, v. 43, p. 1-16, 2022.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DERRIDA, Jacques. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- DIAS, R.; LOPES, A. Sentidos da prática nas políticas de currículo para formação de professores. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 79-99, 2009.
- FILHO, H.; BORGES, S. Quem são as pessoas e as empresas suspeitas de financiar atos golpistas. **UOL**, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/17/quem-sao-as-pessoas-e-empresas-suspeitas-de-financiar-atos-golpistas>>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- FILHO, J. Temos que deixar de olhar como piada e enxergar como terrorismo. **The Intercept Brasil**, nov. 2022. Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/11/26/terrorismo-bolsonarista-golpista-judiciario>>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREITAS, L. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1.085-1.114, 2014.
- FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Manifesto à nação**: o Brasil para os brasileiros. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.
- GADELHA, S. Desempenho, gestão, visibilidade e tecnologias como vetores estratégicos de regulação e controle de condutas na contemporaneidade. **Educar em Revista**, v. 33, n. 66, p. 113-139, 2017.
- GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- GLYNOS, Jason. Critical Fantasy Studies. **Journal of Language and Politics**, v. 20, n. 1, p. 95-111, 2021.
- GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. Explicação crítica em Ciências Sociais: a abordagem das lógicas. In: LOPES, A.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, G. **A Teoria do Discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE, 2018.
- GLYNOS, Jason; BURITY, Joanildo; OLIVEIRA, Gustavo. Discourse Theory, Psychoanalysis, and Logics of Critical Explanation. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 1, p. 1-23, 2020.
- GLYNOS, Jason; OLIVEIRA, Gustavo; BURITY, Joanildo. Critical Fantasy Studies: neoliberalism, education and identification. **Série Estudos**, v. 24, n. 52, p. 145-170, 2019.
- GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. London/New York: Routledge, 2007.
- HOWARTH, David. Reimagining capitalism and christianity today: articulating and negotiating contestable faiths in a minor key. **Political Theology**, v. 12, n. 2, p. 210-225, 2011.

- INDURSKY, A. Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 14, p. 150-162, 2020.
- KEHL, Maria. Tortura e sintoma social. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LACLAU, Ernesto. On the names of God. In: DE VRIES, Hent; SULLIVAN, Lawrence (Orgs.). **Political Theologies**. Public religions in a post-secular world. New York: Fordham University Press, 2006.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LOCKMANN, K. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-18, 2020.
- LOPES, Alice. Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao “marxismo cultural”. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 109, 2019.
- LOPES, Alice. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In: LOPES, A.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, G. **A Teoria do Discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE, 2018.
- LEITE, Vanessa. A política de educação no cenário recente da política sexual brasileira. In: LOPES, A.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, G. **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Editora UFPE, 2018.
- LIMA, I. G.; HYPOLITO, A. M. Escola Sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. **Práxis Educativa**, v. 15, 2020.
- LIMA, I. G.; HYPOLITO, A. M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.
- MACEDO, E. A educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 3, p. 1.101-1.122, 2019.
- MACEDO, E. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. **Educação em Revista**, v. 34, p. 1-15, 2018.
- MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 507-524, 2017.
- MACHADO, Maria. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, v. 7, p. 25-54, 2012.
- MATHEUS, D.; LOPES, A. Sentidos de qualidade na Política de Currículo (2003-2012). **Educação e Realidade**, v. 39, n. 2, p. 337-357, 2014.
- MENDES, F. O duro recado de João Amoêdo para Luiz Felipe d’Avila e Romeu Zema. **Veja**, 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/o-duro-recado-de-joao-amocedo-para-luiz-felipe-davila-e-romeu-zema>>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- MIGUEL, Luis. Despolitização e antipolítica: a extrema direita na crise da democracia. **Argumentum**, v. 13, n. 2, p. 8-20, 2021.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

- MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- MOUFFE, Chantal. Religião, democracia liberal e cidadania. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria. **Os votos de Deus**. Evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundaj/Massangana, 2006.
- OBSERVATÓRIO DEMOCRACIA EM XEQUE. **Relatório Semanal**, 10 de dezembro de 2022. Brasília: Casa Galileia, 2022a.
- OBSERVATÓRIO DEMOCRACIA EM XEQUE. **Análise Semanal**, 14 a 20 de novembro de 2022. Brasília: Casa Galileia, 2022b.
- OBSERVATÓRIO DEMOCRACIA EM XEQUE. **Análise Semanal 1º Turno**, 19 a 26 de setembro de 2022. Brasília: Casa Galileia, 2022c.
- OBSERVATÓRIO DEMOCRACIA EM XEQUE. **Boletim Diário WhatsApp**, 12 e 13 de setembro de 2022. Brasília: Casa Galileia, 2022d.
- OLIVEIRA, Anna; OLIVEIRA, Gustavo. Políticas de gênero e sexualidade na educação brasileira. In: LOPES, A.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, G. **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Editora UFPE, 2018.
- OLIVEIRA, Anna; OLIVEIRA, Gustavo. Novas tentativas de controle moral da educação: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 1, p. 16-25, 2018a.
- OLIVEIRA, Gustavo. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. In: LOPES, A.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, G. **A Teoria do Discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE, 2018.
- OLIVEIRA, Gustavo. **Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro**. 2009. 401f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- OLIVEIRA, Gustavo; OLIVEIRA, Anna; MESQUITA, Rui. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre v. 38, n. 4, p. 1.327-1.349, 2013.
- OLIVEIRA, Gustavo; XAVIER, Rebeca. O currículo como campo discursivo: caminhos e dilemas nas pesquisas sobre educação e movimentos sociais. In: MOREIRA, A. F. et al. (Orgs.). **Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas: tensões e perspectivas na relação com currículo e avaliação**. Rio de Janeiro: Endipe, 2020.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RANNIERY, Thiago; MACEDO, Elizabeth. Políticas do vivível: diferença, teoria e democracia por vir. In: LOPES, A.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, G. **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Editora UFPE, 2018.
- ROBERTO Justus defende voto em Bolsonaro no 2º turno. **Poder 360**, 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/roberto-justus-defende-voto-em-bolsonaro-no-2-turno>>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da Psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SAFATLE, V. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SERRA, Cris. Movimentos de cristãos LGBT no Brasil “evangélico”: pluralismo e as fronteiras da religião. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora. **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

- SILVA, Silas. Ideologia de gênero e seus sentidos: embates hegemônicos acerca do ensino e discussão de gênero na educação. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 400-426, 2020.
- SOUZA, Robson. **Gênero e ideologia entre evangélicos brasileiros**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- TELES, Edson. Entre justiça e violência: Estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- UCHÔA, Marcelo. Lava Jato: guerra híbrida, lawfare e ataque à democracia no Brasil. **Sul Global**, v. 3, n. 1, p. 137-151, 2022.
- URIBE, G. MPF apura indícios de utilização eleitoral da PRF. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mpf-apura-indicios-de-utilizacao-eleitoral-da-prf>>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- ZANIN MARTINS, Cristiano; ZANIN MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. **Lawfare: Waging War through Law**. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- ZANIN MARTINS, Cristiano; ZANIN MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. **Lawfare: uma introdução**. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- ZIZEK, Slavoj. **The plague of fantasies**. London: Verso, 2011.

Correspondência

Gustavo Gilson Oliveira: Doutor em Sociologia pela UFPE, pós-doutorado em Educação pelo ProPEd/UERJ e professor associado da UFPE. É vice-líder do grupo de pesquisa Discurso, Subjetividade e Educação e docente da linha de pesquisa Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular (PPGE/UFPE).

E-mail: gustavo.soliveira@ufpe.br

Orcid: 0000-0002-1974-7425

Anna Luiza Martins de Oliveira: Doutora em Educação pela UFPE, pós-doutora em Educação pelo ProPEd/UERJ e professora associada da UFPE. É líder do grupo de pesquisa Discurso, Subjetividade e Educação e docente da linha de pesquisa Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular (PPGE/UFPE).

E-mail: anna.moliveira@ufpe.br

Orcid: 0000-0002-0620-3322

Texto publicado em [Currículo sem Fronteiras](#) com autorização dos autores.
